



Para Pastore, a negociação com os bancos começa já.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, considera concluído o acordo com o Fundo Monetário Internacional com a entrega da 7ª carta de intenção. "Não há precedente na história do FMI de uma carta ser aceita pelo diretor-gerente e rejeitada pelo board", afirmou.

A aprovação da carta pelo board, segundo Pastore, não condiciona a negociação com os bancos, que será retomada no dia 3 de janeiro. A 7ª carta só será submetida ao board do FMI em meados de março, uma demora que ocorre com frequência, mas que não traz dúvida quanto à sua aprovação. O que é possível, para Pastore, é que os bancos assinem a renegociação com o Brasil, mas que sua eficácia só se defina em seguida à aprovação da carta.

As afirmações de Pastore respondem à hipótese de que a fase 3 da renegociação da dívida externa só seria concluída no próximo governo. O presidente do Banco Central argumenta que essa sincronia entre cartas aprovadas e acordos concluídos é muito relativa. E cita dois exemplos: o do México e o da Argentina.

O México, recorda Pastore, fez seu acordo com os bancos entre o final de agosto e o começo de setembro, mas até agora não enviou uma carta de intenção ao FMI. Quanto à Argentina, o pacote com os bancos está no mercado, mas a carta ainda não foi submetida ao board.

Divergências

Fontes da área financeira confirmaram a existência de algumas divergências entre o Brasil e os

bancos acerca da fase 3. Entre essas divergências, as principais dizem respeito aos prazos — o Brasil quer 16 anos, os bancos querem 14; quanto ao período da renegociação — o Brasil quer que envolva os compromissos até 1991 e os bancos, até 1990; quanto à carência, o Brasil pretende que seja de 8 anos; e quanto ao spread, o Brasil quer limitá-lo a 1,125% sobre a libor (taxa interbancária de Londres), deixando de lado a prime norte-americana, que costuma ser mais elevada.

Os dois problemas maiores dizem respeito à carência e ao spread. Os credores defendem carência flexível, mas principalmente relutam em reduzir juros. Com um spread de 1,125%, o Brasil de fato estaria reduzindo os juros, mesmo que essa taxa seja igual à do México. O México vinha se financiando com linhas de custo inferior, de tal maneira que a negociação acabou satisfazendo os credores.

Bancos brasileiros

A fase 3 da renegociação deverá alterar a posição dos bancos brasileiros no Exterior. Considera-se que eles não podiam ficar presos por 16 anos e o acordo deverá permitir que, num prazo de quatro a cinco anos, eles deixem de figurar como parte da atual renegociação. Hoje esses bancos financiam suas obrigações de longo prazo no mercado interbancário, de prazo curto. Como sua progressiva saída poderia provocar redução do nível de reservas, os créditos existentes no interbancário deverão ser convertidos em linhas comerciais, de forma a manter o caixa do País em dólares.

Fábio Pahim Jr.